



ATA NÚMERO 03/2002

1 Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, com início às nove horas, na
2 Agência da Lagoa Mirim, Auditório Luís Simões Lopes, sito à rua Lobo da Costa, 447, realizou-
3 se uma sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de
4 Pelotas, a qual, previamente convocada e presidida pela Professora **Inguelore Scheunemann de**
5 **Souza**, Magnífica Reitora, sua Presidente, contou com a participação dos seguintes conselheiros:
6 **Paulo Roberto Soares de Pinho**, Pró-Reitor Administrativo; **Paulo Silveira Júnior**, Pró-Reitor
7 de Planejamento e Desenvolvimento; **Leopoldo Mário Baudet**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-
8 Graduação; **Anne Marie Moor**, Pró-Reitora de Graduação; **Francisco Elifalete Xavier**, Pró-
9 Reitor de Extensão e Cultura; **Cesar Valmor Rombaldi**, Diretor da Faculdade de Agronomia
10 Eliseu Maciel; **Angela Maria Nunes Maas**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Regina**
11 **Balzano de Mattos**, Diretora do Conservatório de Música; **Frutuoso Luiz de Araujo**, Diretor da
12 Faculdade de Veterinária; **Jane Dias da Costa da Cunha**, Diretora da Faculdade de Ciências
13 Domésticas; **Beatriz Guimarães**, representando o Diretor da Faculdade de Medicina; **Marcos**
14 **Vilela Pereira**, Diretor da Faculdade de Educação; **Anaízi Cruz Espirito Santo**, Diretora do
15 Instituto de Letras e Artes; **Paulo Bretanha Ribeiro**, Diretor do Instituto de Biologia; **Fábio**
16 **Vergara Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Alvaro Leonardo Ayala Filho**,
17 Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luís dos Santos Nascimento**, Diretor do
18 Instituto de Química e Geociências; **Maria Amélia Soares Dias da Costa**, Diretora do Instituto
19 de Sociologia e Política; **Antônio Xavier Andrade**, Diretor da Faculdade de Meteorologia;
20 **Emilia Nalva Ferreira da Silva**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Wolmer**
21 **Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Luiz Antônio M. Verissimo**, Vice-
22 Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **José Beiro Carvalhal**, Diretor da Faculdade
23 de Nutrição; **Vitor Hugo Manske**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; **Alci**
24 **Enimar Loeck**, representante dos Professores Titulares; **Mário Caputto Coppola**, representante
25 dos Professores Adjuntos; **Carmem Lúcia Abadie Biasoli**, representante dos Professores
26 Assistentes; **João Carlos Dechamps**, representante do COCEPE; **Paulo Jeovane de Figueiredo**,
27 representante do COCEPE; **Claudio Kroeff**, representante Comunitário; **Anderson Silveira**,
28 representante Discente; **Cristiano Ayres**, representante Discente; **Cristina Rossano Soares**,
29 representante Discente; **Mariana Löner**, representante Discente; **Antônio Marcos Vignolo**,
30 representante Discente Suplente; **João Alberto dos Santos Pedroso**, representante dos Técnicos
31 Administrativos; **Luiz Osório Rocha dos Santos**, representante do Pessoal Técnico
32 Administrativo; **Carlos Roberto dos Anjos Dillmann**, representante dos Técnicos-
33 Administrativos; **Vera Maria de Oliveira Lopes**, representante dos Técnicos Administrativos;
34 **Tanizia Bender**, representante dos Técnico Administrativos; **Carmem Denise Rosbach**
35 **Beervaldt**, representante do Pessoal Técnico Administrativo; **Telmo Pagana Xavier**,
36 representante dos Professores Titulares e **Wanderlei Rospide da Motta**, representante dos
37 Professores Adjuntos. Não compareceram os seguintes conselheiros: **Jorge Luiz Nedel**, Vice-
38 Reitor (licença de saúde); **Lia Palazzo Rodrigues**, Diretora da Faculdade de Direito; **Airton José**
39 **Rombaldi**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Marco Aurélio Romeu Fernandes**,
40 representante dos Professores Auxiliares; **Renato Rodrigues Al-Alam**, representante dos
41 Professores Auxiliares; **Ana Carolina Ferreira Kessler**, representante Comunitário; **Leonardo**
42 **Salum**, representante Comunitário; **André Vasconcelos**, representante Discente; **Daniel Ferrão**,
43 representante Discente; **Paulo André Niederle**, representante Discente; **Margarete Marques da**
44 **Silva**, representante do Pessoal Técnico Administrativo; **Antonio Sérgio Bonini**, representante



45 dos Professores de 1 e 2 Graus; **Mário de Souza Maia**, representante dos Professores Assistentes;
46 e **Sandra Souza Franco**, representante dos Professores de 1º e 2º Graus. Constatada a existência
47 de quorum legal, a Senhora Presidente, após cumprimentar os presentes e dar as boas vindas aos
48 novos Conselheiros, declarou aberta a sessão, atendo-se ao **ITEM 01 DA PAUTA:**
49 **APROVAÇÃO DA ATA Nº 02/2002 DO CONSUN**. Retirada de pauta em face a observações
50 suscitadas pelos Conselheiros. **ITEM 02 DA PAUTA: Comissão Permanente do Conselho**
51 **Universitário – Comissão de Legislação e Normas: eleição para consolidação da Comissão.**
52 Inicialmente a Senhora Presidente falou da necessidade de consolidar a Comissão de Legislação e
53 Normas deste Conselho. Fez referência à primeira reunião do ano, quando duas comissões
54 deveriam ser compostas: a Comissão de Legislação e Normas e a Comissão de Administração e
55 Finanças. No que se refere à CLN, naquela ocasião, a representação discente estava ainda em fase
56 de novas indicações e o Conselheiro indicado permaneceu por um tempo restrito na CLN, levando
57 em consideração que haveria escolha dos novos representantes para o Consun. Tendo ocorrido a
58 indicação dos representantes discentes no Consun, faz-se necessário, portanto, substituir, na CLN,
59 o Conselheiro representante discente anteriormente indicado, seguindo a praxe adotada por este
60 Conselho de que as comissões sejam compostas por um representante de cada categoria, a
61 Presidente solicitou aos estudantes a indicação de um representante entre os Conselheiros
62 discentes para integralizar a CLN. Foi sugerido o nome da Acadêmica Mariana Loner Coutinho e
63 dispensada a eleição nominal, havendo concordância dos Conselheiros. O Professor Marcos Vilela
64 Pereira lembrou que em relação ao prazo de vigência destas comissões, a técnica-administrativa
65 Rosalina Vieira dos Anjos havia comentado que o tempo desta comissão estaria completando um
66 ano ainda este mês; no caso, estaria pensando em sugerir novos nomes. A presidente respondeu
67 que o Regimento da Universidade dispõe que na primeira reunião de cada ano do CONSUN
68 sejam eleitas duas comissões: CLN e CAF. A próxima escolha será feita no ano seguinte, na
69 primeira reunião do conselho. Portanto, a escolha foi feita na primeira reunião deste ano, e a
70 diferença em relação a ocasiões anteriores foi o fato de que os estudantes não haviam renovado a
71 indicação para representação discente neste Conselho; o grupo de estudantes que estavam
72 presentes na reunião anterior ainda era o que havia sido eleito anteriormente e seria renovado. O
73 acadêmico que foi indicado ficou nesta situação temporariamente, até que houvesse a indicação do
74 novo grupo de estudantes. A comissão é a mesma já indicada na primeira reunião deste ano,
75 apenas com esta modificação. A Professora Jane Dias da Costa da Cunha observou que o
76 mandato da representante dos técnicos-administrativos, Rosalina Vieira dos Anjos, terminará no
77 dia 14 de setembro e que um novo representante deverá ser indicado. A Senhora Presidente
78 concluiu que, na próxima reunião, o Conselho deverá recompor a comissão com um representante
79 dos técnicos-administrativos. Enquanto isso, existe uma série de processos em pendência para
80 serem analisados pela CLN, e a comissão continua funcionando com esta composição. Não
81 havendo nenhuma outra indicação, a Senhora Presidente dispensou a eleição nominal e consultou
82 os conselheiros sobre a indicação do nome da acadêmica Mariana Loner Coutinho para compor a
83 comissão. Foi aprovado por unanimidade dos presentes. O conselheiro Antonio Xavier Andrade
84 perguntou se a acadêmica estava presente, ao que a presidente respondeu com solicitação de que a
85 mesma levantasse, para ser conhecida pelos demais conselheiros. **ITEM 3- Eleição do**
86 **representante do Conselho Universitário na Comissão Permanente de Pessoal Docente –**
87 **CPPD.** Indagou a Presidente se havia alguma indicação. O Professor José Beiro Carvalhal indicou
88 o nome do professor Antonio Costa de Oliveira para representante na CPPD. Explicou que
89 atualmente esse professor exercia a função de vice-presidente da CPPD, onde estava
90 desenvolvendo um trabalho muito importante. A Senhora Presidente agradeceu e, informando que
91 o Professor Antonio Costa de Oliveira é professor da Faculdade de Agronomia, perguntou se
92 havia mais algum nome a ser indicado. Não havendo outra indicação, adotou a mesma sistemática
93 utilizada para a eleição da representante discente para a CLN. Solicitou que os conselheiros se
94 manifestassem sobre o nome do Professor Antonio Oliveira para representar o CONSUN na
95 CPPD. Aprovada a indicação, com 35 votos a favor e 5 abstenções, totalizando o quorum de 40

Hay



96 conselheiros. **ITEM 4- Eleição do representante suplente do Conselho Universitário no**
97 **COCEPE.** A Professora Emilia Nalva Ferreira da Silva sugeriu o nome do professor Wolmer
98 Brod Peres, diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola. Explicou a Senhora Presidente que a
99 representação do CONSUN no COCEPE, em vigor, é feita pela Professora Jane Dias da Costa da
100 Cunha, conforme escolha deste Conselho, em ocasião anterior. A suplência era exercida pela
101 professora Carmem Lúcia Abadie Biasoli. A referida professora foi eleita para representação da
102 Área de Letras e Artes no COCEPE. Portanto passou a titularidade no COCEPE, como
103 representante na área deixando como vacância a suplência do representante do CONSUN no
104 COCEPE. Elege-se a suplência da professora Jane Dias da Costa da Cunha; assim sendo, o
105 parecer da Presidente é que esta suplência pode ser exercida pelo professor Wolmer Brod Peres,
106 atualmente o diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola. Perguntou se havia mais alguma
107 indicação. Foi sugerido o nome do discente Antonio Marcos, acadêmico do Instituto de Biologia.
108 A Presidente consultou o Regimento, para verificar se o nome do acadêmico poderia ser indicado.
109 Não havendo problema em relação à categoria, com as duas posições, foram colocados em
110 votação os dois nomes: Professor Wolmer Brod Peres, diretor da Faculdade de Engenharia
111 Agrícola e membro do CONSUN, e Antonio Marcos, também membro deste Conselho e
112 acadêmico do curso de Biologia. A presidente solicitou que fosse conferido o quorum e que as
113 cédulas fossem recolhidas. Conferido o quorum, foi constatada a presença de 42 conselheiros.
114 Após serem recolhidos os votos, a Presidência solicitou a colaboração do Professor Sérgio Luis
115 dos Santos Nascimento (IQG) e a conselheira Tanizia Bender para ajudar na contagem dos votos.
116 Houve 25 votos para o Professor Wolmer Brod Peres, 14 votos ao acadêmico Antonio Marcos e 3
117 votos brancos, somando o quorum de 42. Ficou, portanto, na suplência da Professora Jane Dias
118 da Costa da Cunha, representante deste conselho no COCEPE, o professor Wolmer Brod Peres.
119 **ITEM 5 - Processo nº 23110.003413/02-94 da PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E**
120 **DESENVOLVIMENTO; encaminha Proposta do Plano Plurianual de Gestão da UFPel**
121 **2002-2005.** A Senhora Presidente solicitou ao Pró-Reitor de Planejamento, Professor Paulo
122 Silveira Júnior, que se dirigisse à Mesa, para fazer considerações a respeito desse plano. O
123 Professor Paulo Silveira Junior, dirigindo-se à Senhora Presidente e aos Senhores Conselheiros,
124 fez uma exposição geral do Plano Plurianual de Gestão 2002/2005, trabalho desenvolvido com as
125 diversas unidades e representações da comunidade universitária. Relatou que o Plano Plurianual
126 de Gestão iniciou com o encaminhamento de sua proposta aos coordenadores dos nove programas
127 do então Plano de Desenvolvimento da UFPEL 1997/2001, para análise, parecer e sugestão,
128 através de ofício da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, de 02 de outubro de 2001.
129 As respostas solicitadas foram encaminhadas, com prazo limitado até 12 de dezembro de 2001.
130 Uma nova versão da proposta inicial foi encaminhada às Unidades Acadêmicas e Administrativas,
131 também para análise e discussão, através de dois ofícios circulares, números 04 e 05, já em 2002,
132 respectivamente datados de 24 e 25 de janeiro, com o prazo para retorno das informações
133 estipulado para 25 de fevereiro. A PRPD reiterou às Unidades Acadêmicas e Administrativas,
134 através do ofício circular número 08, de 06 de março de 2002, as manifestações por escrito sobre
135 o Plano Plurianual de Gestão 2002/2005 e deu, como prazo final para o retorno, o dia 15 de
136 março. Logo após, o documento foi atualizado, exceto os tópicos iniciais, que dizem respeito às
137 informações gerais da Universidade. Após uma semana de reuniões intensas, reformulou-se a
138 portaria da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano (Portaria 281 de 03 de Abril de
139 2002), o documento foi atualizado e, em maio, foi inserido o item Apresentação. Ainda em maio,
140 no Gabinete da Reitora, os coordenadores dos programas reuniram-se, para avaliação final do
141 documento, e, nesta reunião, algumas ações foram suprimidas e outras acrescentadas. Em 24 de
142 maio, o documento foi encaminhado aos conselheiros do CONSUN, do COCEPE, do CONDIR e
143 disponibilizado na Home Page da UFPEL. Após esta data o processo ficou aguardando inclusão
144 na pauta da reunião do COCEPE, o que aconteceu em 20 de julho de 2002, quando o órgão
145 analisou e aprovou o Plano Plurianual de Gestão da UFPel de 2002 a 2005. Este é um trabalho
146 normal que é discutido pela comunidade em instâncias como as Unidades Administrativas,



147 Unidades Acadêmicas, monitoradas pelos grupos responsáveis pelos programas (no total de nove)
148 e, após consenso, o documento, através de um processo, é examinado pelos Conselhos
149 Superiores, na seguinte ordem: COCEPE, CONSUN e CONDIR. Nesse meio tempo, de um
150 Conselho para outro, há, evidentemente, possibilidades de alterações, mesmo nas reuniões dos
151 Conselhos. O Professor Paulo Silveira Junior explicou que presta essas informações porque na
152 verdade após a aprovação no COCEPE, em julho passado, iniciou-se um processo de discussão
153 junto com os Diretores Acadêmicos, através de seu Fórum, e houve a necessidade de alterações. O
154 Fórum reunido em julho, deliberou comunicar à Administração Central da Universidade haver
155 necessidade de uma discussão com a PRPD e também com as Coordenações dos nove programas.
156 Aconteceram três reuniões: uma, em primeiro lugar, do Fórum de Diretores; na sequência, uma da
157 Comissão do Fórum com a PRPD, e, no dia oito de agosto, à tarde, houve uma reunião com o
158 Fórum e a Comissão com a PRPD e as coordenações dos Programas. Os resultados dessas
159 reuniões foram alterações do processo que já estava em andamento. Estas alterações estão
160 registradas no documento que reúne as manifestações dos diretores, após aprovação do plano pelo
161 COCEPE. As mudanças ocorreram em termos de subprogramas dos nove programas. Os
162 subprogramas foram excluídos, o que, de certa forma ajudou sob o ponto de vista da divulgação
163 da idéia do plano, de maneira enxuta, mas não foi simplesmente uma exclusão dos subprogramas.
164 Esses, na grande maioria, se transformaram em ações e encabeçaram as mesmas, que já estavam
165 em ordem no próprio subprograma. Houve também mudanças de posição de ações, de um
166 programa para outro, em função da dualidade, e também a melhoria na redação das ações que ali
167 estavam consignadas. Foi proporcionado um enxugamento bastante importante. Por outro lado, foi
168 solicitada, por alguns Conselheiros, a inclusão de algumas ações por terem sido omitidas. O
169 relator agradeceu a atenção e ficou à disposição para esclarecimentos. A Senhora Presidente
170 concedeu a palavra ao Professor Antonio Xavier Andrade, que fez a seguinte observação: na
171 página 47, nas ações 7.4, 7.10 e 7.11, ou seja, “implantar a Biblioteca no Campus Capão do
172 Leão; implantar a Faculdade de Meteorologia junto ao Centro de Pesquisas Meteorológicas e
173 estabelecer a Prefeitura Universitária junto ao prédio da ex-biblioteca, onde estão hoje as salas e
174 laboratórios da Faculdade de Meteorologia.” Pediu que o Pró-Reitor esclarecesse como
175 implantaríamos estes três itens para que houvesse um fluxo bastante rápido dentro do nosso
176 planejamento da nossa Universidade. Referiu-se, ainda, à página 48, item 9.3, que diz:
177 “descentralizar a administração, conferindo às Unidades maior autonomia e responsabilidade na
178 gestão dos seus programas acadêmicos e ações administrativas.” Sugeriu que fosse formada uma
179 equipe para trabalhar dentro destes projetos que chamou “efeito dominó”, para que se agilizasse
180 com maior rapidez possível e tem certeza de que, dadas as circunstâncias orçamentárias da nossa
181 Universidade, deveríamos buscar orçamento fora da nossa condição atual. O Professor Paulo
182 Silveira Júnior começou explicando o item 7.4: esta é uma ação que, naturalmente, vai se
183 desdobrar em alguns projetos e algumas atividades ao longo destes quatro anos. Conforme
184 registrado no Plano Diretor Físico, a biblioteca do Campus Capão do Leão está zoneada com
185 localização prevista entre os prédios do Instituto de Biologia e do Instituto de Química e
186 Geociências. Observou que quem conhece o Campus, sabe que, no local referido, atualmente,
187 estão implantadas as instalações da Prefeitura Universitária com zoneamento previsto para o
188 entorno do prédio da ex-biblioteca. Implantar a Faculdade de Meteorologia junto ao Centro de
189 Pesquisas Meteorológicas é uma reivindicação da Comunidade Meteorológica. Está sendo
190 garantida a idéia de que a Faculdade de Meteorologia deva brevemente se instalar, na sua
191 totalidade, junto ao prédio do Centro de Pesquisas Meteorológicas. Adiantou também que a
192 Faculdade de Nutrição se deslocará para o Campus da Saúde e o Instituto de Física e Matemática
193 irá se expandir no prédio cinco. Os nove programas e as ações garantem todas essas propostas e
194 os Planos Anuais, através dos Projetos e Atividades, priorizarão as mesmas. Serão propostas,
195 aqui, atividades e projetos para bem cumprir esta ação que a PRPD está propondo, como Plano de
196 Gestão, e da qual não tem a fórmula. Pretende defini-la no processo de discussão, que deverá
197 iniciar de imediato. Todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas vão participar da



198 elaboração deste plano. O Pró-Reitor Paulo Silveira Junior lembrou que é necessário que todos os
199 Conselheiros conheçam como funciona a PRPD. Informou que, para isto, está sendo preparada
200 uma palestra de dois períodos de 50 minutos, para a próxima semana; esta palestra tem como
201 objetivo explicar exatamente como trabalha a PRPD em todas as suas funções, em todas as suas
202 responsabilidades, principalmente na questão do orçamento, que é a mais solicitada pelas
203 Unidades. Também as questões do Desenvolvimento Institucional, e Desenvolvimento Físico serão
204 discutidas com os novos Diretores. A palestra estará aberta também aos demais Diretores. A
205 Senhora Presidente passou a palavra à Professora Angela Maria Nunes Maas. Em relação aos
206 itens 7.14 e 7.15, observou que estão repetidos e manifestou sua preocupação em relação à
207 Faculdade de Odontologia considerando que a Unidade está com problemas crônicos. Citou a
208 problemática da vigilância, a rede elétrica, que foi parcialmente recuperada, mas há necessidade
209 efetiva de completá-la e adequá-la às normas da vigilância sanitária, até mesmo em relação aos
210 aparelhos de ar condicionado nas clínicas, que são necessários; está sendo pedida urgência para
211 resolver estas questões. Outra questão é a necessidade de readequar a biblioteca, que é um
212 problema sério; a Reitora observou este fato em uma de suas visitas. Perguntou se existe algum
213 item em relação a isto, pois o Plano não explicita nenhuma ação em relação à Faculdade de
214 Odontologia, e, por estar sofrendo um processo da Vigilância Sanitária, o problema preocupa
215 todos os professores, funcionários e alunos. O Pró-Reitor Paulo Silveira Junior respondeu que
216 houve problemas na elaboração deste último documento e informou que será incluída uma ação
217 específica para a Faculdade de Odontologia. O original, aprovado pelo COCEPE contempla esta
218 questão. Não foi objeto da discussão do Fórum de Diretores a exclusão da ação 7.2.15 (original).
219 A ação 3.7.3.4.31, numeração antiga do Plano de Desenvolvimento, que hoje recebe o número
220 7.2.15, em função do enxugamento, diz no seu conteúdo: “avaliar e realizar outros trabalhos que
221 venham a ser solicitados para verificar sua real prioridade e adequação ao Plano Diretor da
222 UFPel”, é muito abrangente. Atende exatamente às questões de reformas ambientes, como feito
223 recentemente na Faculdade de Engenharia Agrícola, no Instituto de Biologia, no Instituto de
224 Química e Geociências, no Centro de Informática, no Instituto de Física e Matemática, e na
225 própria Faculdade de Odontologia (no setor de Radiologia, no Elevador e na rede elétrica), no
226 Campus das Ciências Sociais, no CAVG; enfim, todas as Unidades são atendidas dentro do ano,
227 com o orçamento de manutenção ou através de convênios. Esta ação reunirá uma série de projetos
228 e atividades ao longo dos quatro anos. O Prof. Paulo Silveira Junior pediu um voto de confiança
229 do Conselho Universitário para que, em conjunto com os Diretores, a PRPD fizesse ainda um
230 “pente fino” para composição final do documento, para ser encaminhado ao Conselho Diretor da
231 Fundação, onde ainda poderá ter alguma reformulação a incluir. A Senhora Presidente passou a
232 palavra à professora Anne Marie Moor, que citou, no programa 2, as ações 2.1.9, 2.1.10 e 2.3.4,
233 que podem ser eliminadas, uma vez que estão previstas em outras ações. A 2.3.4 (ampliar o
234 acervo das bibliotecas) passa para dentro da 2.7: “criar programas de incentivo à leitura e uso das
235 bibliotecas, promovendo, entre outros projetos, a ampliação do acervo das bibliotecas”. Portanto
236 elimina-se a 2.3.4. A ação 2.1.9 está prevista na 2.1 e a ação 2.10 está prevista na 2.12. A
237 Senhora Presidente passou a palavra para o Professor Cesar Valmor Rombaldi que perguntou
238 sobre a forma de avaliação do Plano. Se há necessidade de analisar os detalhes, ou se a
239 apreciação poderia ser geral e, entre esta avaliação do Conselho Universitário e do Conselheiro
240 Diretor da Fundação, não haveria possibilidade de adequações e, a partir disso, nos Planos Anuais
241 2002, 2003, igualmente não haveria possibilidade de modificação de ações, adequações,
242 ampliações, etc. A Senhora Presidente explicou que as discussões anteriores foram todas feitas
243 pela análise dos detalhes, para chegar a um Plano Macro de Desenvolvimento para o período
244 2002/2005. Este é um documento balizador, ou seja: a Universidade aprovou que deve se
245 desenvolver neste sentido fazendo tais ações. Os detalhes dessas ações, são contemplados no Plano
246 de Ação de cada ano. Observar que, mesmo assim, o que cita o Pró-Reitor de Planejamento, nós já
247 experienciamos por mais de uma vez. Um exemplo concreto: não era previsto no plano de
248 desenvolvimento anterior e nem nos Planos de Ação, adquirir a antiga área do SESI/SENAI.

Lucy



249 Havia um projeto muito mais modesto para a ESEF, muito menos adequado, porque até aquele
250 momento o que dispúnhamos era uma área na Rua Conde de Porto Alegre, com uma série de
251 problemas, para ali conseguir adequar a ESEF. Surgiu uma oportunidade, extremamente
252 interessante, para a Instituição, que foi a oferta para a aquisição do Complexo SESI/SENAI.
253 Como no plano macro estava escrito: buscar, construir, reestruturar ou adquirir espaço adequado
254 para a localização da ESEF, mesmo que não tivesse surgido uma chance destas, obtendo
255 aprovação do Ministério da Educação de aporte de recursos extras para isto, obviamente não
256 deixaríamos de fazer. É um documento balizador para todos nós mas não pode ser de forma
257 alguma restritivo para as boas oportunidades. O Prof. Paulo Silveira Júnior reforçou dizendo que,
258 mesmo concordando com ambas colocações, essas inclusões e correções, mesmo neste texto
259 macro, vão ter que ser feitas após esta reunião, de acordo com todos os argumentos aqui
260 defendidos. A Senhora Presidente passou a palavra à professora Maria Amélia Soares Dias da
→ 261 Costa, Prefeitura do Campus, com cujo prefeito discutiu suas intenções de trazer a Prefeitura
262 para a cidade. Sugeriu que deixa essa questão da localização da Prefeitura num item menos
263 restrito. Deixa uma idéia mais ampla: como buscar instalações adequadas para a Prefeitura. O
264 Professor Paulo Silveira Junior frisou que o documento permite esta amplitude, mas a questão da
265 localização da Prefeitura deverá ser e será no Campus Capão do Leão. As sub-prefeituras
266 ficarão no Campus das Ciências Sociais e no Campus da Saúde e, futuramente, na ESEF e no
267 Campus do CAVG. A Senhora Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz Osório Rocha
268 dos Santos. O Conselheiro, pediu desculpas pelo atraso e explicou que só teve acesso à
269 Convocação na tarde anterior e já havia agendado compromisso com a comunidade. Relatou que
270 estava com dificuldades em fazer uma análise do documento e dar contribuições a ele. Pensa que
271 fica difícil fazer uma análise de ações sem ter discussão mais aprofundada de diretrizes, pois estas
272 são elementos que definem as ações futuras. Disse que não participou desta discussão, que se deu
273 a nível das Unidades Acadêmicas, as quais também estavam levantando questões durante a
274 reunião, significando que há ainda preocupações das Unidades, talvez ainda não resolvidas, no
275 sentido de atendimento de suas propostas. Levantou somente como preocupação para que possa
276 ser discutida e compreender qual o papel do Conselho Universitário nessa discussão, nesse
277 elemento. Falou que se sentiria sem condições de aprovar esse documento sem ter tido tempo para
278 lê-lo, e fazer uma discussão, sem ter recebido o documento anexo à Convocação do Conselho (que
279 para ele chegou pouco mais de 12 horas antes da reunião). Declarou que, neste caso, o Conselho
280 teria uma função meramente burocrática, ou seja: vamos aprovar porque temos que aprovar. A ele
81 parece que não é este o sentido que está posto como função do Conselho Universitário, nem
282 afirmou que este seja o sentido que a Coordenação dos trabalhos esteja querendo imprimir.
283 Perguntou sobre quanto tempo o Conselho Universitário tem para se inteirar e discutir esse
284 documento, para poder fazer, aqui, uma aprovação, ou os ajustes, com a consciência de que
285 estamos fazendo alguma coisa que efetivamente corresponda aos interesses da Universidade
286 Federal de Pelotas. A Senhora Presidente lembrou ao Conselheiro Luiz Osório R. dos Santos que
287 todos os Conselheiros receberam a versão do Plano em 24 de maio de 2002, após discussão, desde
288 janeiro, em todas as Comissões e Unidades Acadêmicas e Administrativas. Lembrou que estamos
289 no dia 11 de setembro de 2002, portanto os Conselheiros receberam o documento há vários meses
290 e houve suficiente tempo para manifestações, reuniões, aportes, busca de informações,
291 rediscussões, como fizeram os diretores de Unidades Acadêmicas, que, a partir daquele
292 documento, passaram a fazer discussões também visando às questões mais diretamente ligadas às
293 Unidades Acadêmicas, que é onde, em última análise, exercita-se, executa-se as atividades da
294 Universidade. Declarou acreditar que quatro meses é um tempo bastante razoável para essas
295 ações. A partir daquele documento encaminhado em 24 de maio, foi tão somente proposto pelos
296 Diretores das Unidades Acadêmicas, no seu fórum, que houvesse um enxugamento do Plano de
297 Desenvolvimento, no sentido de eliminar os subprogramas e contemplá-los diretamente nas
298 atividades, nas ações, sem eliminar nenhum dos propósitos de desenvolvimento da Universidade
299 através de suas ações nesses quatro anos que começaram em 2002. Apenas a forma ficou bem

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2002 – FLS. 7 de 09

300 mais enxuta e mais fácil de visualizar o que propõe o documento e o novo texto foi distribuído no
301 devido a tempo para a reunião. Mas a base do documento, as explicações, foram distribuídas em
302 maio, após discussões, desde janeiro, através do Ofício de 24 de maio de 2002, do Pró-Reitor de
303 Planejamento e Desenvolvimento, o qual diz o seguinte: “Sr. Conselheiro ou Senhora Conselheira.
304 O presente encaminha a proposta, em disquete, do Plano Plurianual de Gestão da UFPel
305 2002/2005 para sua apreciação, que, dentro em breve, deverá ser discutido nas reuniões dos
306 Conselhos Superiores desta Instituição Federal de Ensino Superior. O Plano também está
307 disponível na home page da UFPel, Unidades Administrativas, Pró-Reitoria de Planejamento e
308 Desenvolvimento. Na oportunidade, informo-lhe que a consolidação de tal documento teve a
309 contribuição dos Coordenadores e membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano
310 de ação 2001 e da elaboração dos propostas do Plano de Desenvolvimento Institucional
311 2002/2005 e do Plano de Ação 2002, instituída por meio de Portaria Nº 281, de 03 de abril de
312 2002. Estes colaboradores sintetizaram as ações propostas por Unidades Acadêmicas e
313 Administrativas, que fazem parte dos seguintes programas: Ensino Médio e Educação
314 Profissional, Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão,
315 Desenvolvimento em Informática, Desenvolvimento Físico, Desenvolvimento Regional e Gestão
316 Administrativa. Acrescento ainda que as propostas das Unidades para o desenvolvimento do Plano
317 Plurianual de Gestão da UFPel 2002/2005 foram extraídas dos seguintes documentos: Plano de
318 Ação dos últimos quatro anos, Avaliação dos referidos Planos, Plano Diretor Físico da UFPel
319 1998/2001, Plano de Gestão 2001/2005 e Relatório de Gestão 1997/2001. Na certeza de contar
320 com sua colaboração, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos. Atenciosamente.
321 Paulo Silveira Júnior, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento.” Logo após, a Senhora
322 Presidente passou a palavra ao Conselheiro Fábio Vergara Cerqueira, que referiu-se à conversa
323 que teve com a Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa, em que concordam que um fato
324 preocupa os Diretores de outras Unidades, especificando o ILA e a FAURB, que é a ausência, no
325 Programa 7, Desenvolvimento Físico, que é uma ação específica para patrimônio histórico.
326 Entendem que a nossa Universidade dispõe de um patrimônio privilegiado em termos de
327 edificações, que pode reverter de uma forma fabulosa para nossa Universidade em termos de
328 imagem perante a Comunidade. Disse isso baseado no programa que vem sendo desenvolvido pela
329 UFRGS, onde recentemente foi inaugurado um museu num prédio que estava completamente
330 abandonado, servindo de depósito de produtos químicos; ou o prédio do antigo Instituto Parobé,
331 que está sendo restaurado para a Biblioteca. Entende que mesmo que esta questão do patrimônio
332 histórico atravesse várias das ações que se relacionem à reciclagem ou reforma de alguns prédios,
333 é necessário que, como um todo, a Universidade tenha uma política para seu patrimônio histórico.
334 E, como um todo, ela defina alguma estratégia de financiamento para restauração e conservação
335 desse patrimônio e, como um todo, ela planeje a utilização de seus quadros ICH, FaE, ISP,
336 FAURB, ILA e Curso de Turismo - entre outros. Por esse motivo, sugeriu o acréscimo, como
337 ação 15, mesmo que possamos pensar que está incluída em outros pontos. A Professora Maria
338 Amélia Soares Dias da Costa lembrou que no Fórum havia sido decidido: “buscar instrumentos
339 que viabilizem a manutenção dos prédios que fazem parte do patrimônio arquitetônico da cidade e
340 do Estado”. Como o Professor Paulo Silveira Junior informou que seriam contemplados, e havia
341 dito antes, a Professora Maria Amélia Soares Dias da Costa não fez sua manifestação
342 anteriormente. A Senhora Presidente concordou que seria incluída a parte de patrimônio histórico.
343 Passou, logo após, a palavra ao acadêmico Cristiano Ayres, que se referiu ao Programa 1- Ensino
344 Médio e Educação Profissional. Ação 1.11- “Ampliar e melhorar as condições de atendimento ao
345 aluno e à hospedagem”. Comentou que esta ação dá uma idéia mínima de programas que garantem
346 a permanência e, por si, a formação do estudante. Para a área de graduação estes programas da
347 área assistencial não são citados, não são referidos e isto vem na questão da permanência do
348 estudante e, por si, garantindo a melhor formação do estudante, aparecendo apenas no Programa
349 9, de Gestão Administrativa. 9.12- “Elaborar e implementar programa de qualidade de vida para a
350 Comunidade Universitária, saúde, lazer, moradia, alimentação e transporte. Estes itens são

Handwritten signature



351 extremamente necessários para os estudante de graduação. Estes programas no mínimo deveriam
352 estar incluídos ou citados para garantir a permanência do aluno para sua formação. O Professor
353 Paulo Silveira respondeu dizendo que não esta incluído no Programa 2 - Ensino de Graduação,
354 mas está no Programa 9 - Gestão Administrativa, e, especificamente, na ação 9.12. Está no
355 Programa 1 - Ensino Médio e Educação Profissional, porque existe um programa específico de
356 orçamento, para a manutenção do ensino médio e da educação profissional. O restante das ações
357 embora o Programa 9 - Gestão Administrativa, também atinja o ensino médio, é tratado
358 especificamente no Programa 1. A questão dos estudantes, tanto de graduação como de pós-
359 graduação, está prevista no Programa 9 - Gestão Administrativa, fala em estudante e não
360 especifica nível; está prevista nesta ação, 9.12. A palavra foi concedida à professora Jane Dias da
361 Costa da Cunha, que expôs sua preocupação em relação ao espaço físico, pela criação dos cursos
362 novos da Faculdade de Ciências Domésticas, que estava instalada no Campus Capão do Leão;
363 pela criação de cursos noturnos, parte da Unidade foi transferida para o centro de Pelotas, e não
364 está dentro desse programa de espaço físico a localização dos cursos de Administração e Turismo.
365 O espaço do Curso de Química de Alimentos, que permanece no Campus, deve ser definido. O
366 Professor Paulo Silveira Junior respondeu que esse problema está previsto na ação 7.5 -
367 "Consolidar o campus das Ciências Sociais", cuja redação será modificada com o detalhamento
368 solicitado, e o espaço para o Curso de Química dos Alimentos será contemplado na ação 7.18.
369 A Senhora Presidente passou a palavra à representante dos técnico-administrativos Carmem
370 Denise Rossbach Berwaldt, que comentou os itens 9.1 e 9.2. Acreditando que este documento
371 entregue seja apenas uma amostra do Plano Plurianual, em relação ao que diz: "discutir com a
372 comunidade a reformulação do Estatuto da UFPel, definindo os programas institucionais e suas
373 políticas e reformular as normas da Instituição e o sistema administrativo". Perguntou se desse
374 programa macro constam os fóruns em que seus temas serão discutidos. Comentou que muitas
375 unidades não estão equipadas com informática e as discussões estão se perdendo devido ao fato de
376 materiais virem em disquete ou via home page. Pediu vistas ao processo para poder apreciá-lo
377 melhor. A Senhora Presidente autorizou e lembrou que a home page está sendo utilizada como um
378 mecanismo adicional. Explicou que a discussão ainda está em andamento e não há uma proposta
379 concreta de como será montada a forma de construção das Comissões para finalizar o trabalho. O
380 Professor Paulo Silveira Junior complementou lembrando que a comunidade já conhece a forma
381 de discussão destes trabalhos. Informou que em 2001 a discussão foi inviável por motivo de
382 paralisação pelas greves. E apenas agora, no final de 2002, está sendo concluído o trabalho.
383 Lembrou do que trata a página 39; no segundo parágrafo, onde há a indicação geral do
384 procedimento de composição do Plano: "O Plano Plurianual de Gestão compõe-se dos programas
385 propostos por todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFPel". E o Plano foi
386 distribuído a todas as Unidades desde outubro de 2001. Estas Unidades têm conhecimento de que
387 o Plano de Desenvolvimento define um período de vigência. Não há como discutir o próximo
388 plano no limite da vigência do anterior. Há a necessidade de uma discussão anterior. E isto foi
389 proporcionado. As dificuldades que ocorreram no ano 2001 estão sendo constatadas agora, e esta
390 dificuldade atual deve ser contornada. Estamos em 11 de setembro e, a partir do dia 12 de
391 setembro, devem ser iniciadas as discussões sobre o Plano de Ação 2002, que depende da
392 aprovação do Plano Plurianual de Gestão 2002/2005. Salientou que a postergação da data de
393 discussão deste Plano é desanimadora e a Universidade terá um prejuízo muito sério. A Senhora
394 Presidente leu as Normas do Regimento Geral, que diz: "em plenário, qualquer Conselheiro poderá
395 requerer vistas do processo por 5 (cinco) dias improrrogáveis. Caso em que a matéria será
396 discutida na sessão seguinte". Face a isso, a Conselheira Carmem Denise R. Berwaldt permanece
397 com o processo pelo prazo legal para fazer suas análises. Lembrou que existe uma questão formal
398 para marcar a data da próxima reunião, devido à necessidade de ser feita a eleição dos
399 representantes dos técnicos-administrativos cujo mandato vence na próxima semana. Enquanto
400 não houver esta eleição, o Conselho fica impossibilitado de se reunir, não sendo possível a
401 indicação pró-tempore pela Presidente do Conselho, mesmo dos Conselheiros atuais, até a

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2002 – FLS. 9 de 09

402 realização da eleição, situação que, em ocasião anterior, em que as eleições não foram convocadas
403 com a antecedência de 30 dias exigida pela norma legal, foi impedida por liminar judicial
404 interposta pela Associação dos Servidores, a despeito da concordância informal pelos
405 representantes técnicos-administrativos ao CONSUN, à época. Até a realização das eleições dos
406 novos representantes técnico-administrativo, este Conselho ficará impossibilitado de se reunir e
407 este Plano Plurianual não poderá ser avaliado, com evidentes prejuízos à Universidade porque ele
408 faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional, e, obrigatoriamente, tem que ser enviado ao
409 Ministério da Educação. Sendo esta a decisão do Conselho e havendo a previsão Regimental,
410 assim será procedido. Agradeceu a presença dos conselheiros e deu por encerrada a reunião. Do
411 que para constar, eu _____ Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos
412 Superiores, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será igualmente assinada pela Senhora
413 Presidente.

Luizelene F. de Jesus